

## ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO/BAHIA, REALIZADA NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2021

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, foi realizada a Sessão Plenária Ordinária do Conselho Regional de Economia - 5ª Região/Bahia, iniciada às 12:30 horas, de forma virtual, através da plataforma Teams, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte Pauta: I – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR: realizada no dia 07 de janeiro de 2021. II – ORDEM DO DIA. 2.1 – Deliberações sobre propostas a serem apresentadas pela Junta Orçamentária Permanente. 2.2 – Alinhamento sobre Órgãos Colegiados. 2.3 – Discussão sobre o lançamento do Livro Reflexões de Economistas Baianos 2020 e apresentação ao Governo do Estado. III – Comunicações do Presidente. 3.1 – Apreciação das principais ações previstas. 3.2 – Resumo das principais ações já realizadas e breve apresentação do Portal Interno do Conselho. IV – O que ocorrer. Presentes na Sessão Plenária o Presidente do Corecon/BA Fernando Baptistella Fernandes, o Vice-Presidente Gustavo Casseb Pessoti e os Conselheiros Marcus Emerson Verhine, Carlos Rodolfo Lujan Franco, Luiz Raimundo Barreiros Gavazza, Oswaldo Ferreira Guerra, Edval Landulfo de Souza Neto, Marcelo José dos Santos, Helga Dulce Bispo Passos, Alex Gama Queiroz dos Santos, Luiz José Pimenta, Isabel de Cássia Santos Ribeiro e Ana Cristina Cerqueira. Estiveram também presentes o Conselheiro Federal Paulo Dantas da Costa, a Assessora de Comunicação Lívia Santana e a Assessora Jurídica Sabrina Batista. Justificaram suas ausências os Conselheiros Lívio Andrade Wanderley, Maria de Fátima Ferreira e Jorge Antonio Santos Silva. O Presidente Fernando Fernandes iniciou os trabalhos da Plenária para discussão e deliberação da Pauta. I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – Plenária Ordinária realizada no dia 07 de janeiro de 2021. A referida ata foi aprovada por todos os presentes. II – ORDEM DO DIA. 2.1 – Deliberações sobre as propostas apresentadas pela Junta Orçamentária Permanente. O Presidente Fernando Fernandes iniciou agradecendo aos presentes e a participação da Assessora Jurídica Sabrina Batista que esteve presente nas discussões dos assuntos que serão levados ao Plenário e fez questão da sua participação para que sejam tiradas dúvidas pertinentes às matérias. Continuou informando que foram discutidos cinco pontos, cujo primeiro é relativo a investimentos. Disse que houve uma percepção de mudança dos investimentos atuais de baixo rendimento para outros de maior rentabilidade de alta liquidez. Salientou que a Junta Orçamentária Permanente, mesmo sem formalização já está atuando, pois algumas pessoas já se dispuseram a participar sendo assim composta: pelo Presidente Fernando Fernandes, Vice-presidente Gustavo Pessoti, Conselheiros Marcus Emerson, Alex Gama e Oswaldo Guerra e pelo Conselheiro Federal Paulo Dantas, com o suporte do Contador Pedro Gomes. O Presidente prosseguiu informando que tudo o que seria falado teria o

respaldo jurídico. O Conselheiro Oswaldo Guerra, informou que esta observação era muito importante, pois os investimentos seriam no mesmo Banco do Brasil onde estão as aplicações. O Presidente Fernando Fernandes salientou que ainda não se conhece a rentabilidade dos atuais investimentos, pois estava aguardando a deliberação do Plenário para posterior identificação.. A Assessora Sabrina Batista mencionou que a ideia é permanecer com os recursos nos bancos públicos, sendo também a Caixa Econômica Federal outra opção. O Conselheiro Rodolfo Lujan perguntou qual seria a taxa buscada para os investimentos e o Presidente Fernando Fernandes informou que a proposta é se aproximar ao máximo da taxa Selic, ficando em torno de 85% a 90%, mas que também seria possível uma aplicação em algum fundo imobiliário de boa rentabilidade. O Conselheiro Rodolfo Lujan informou que atualmente não há muitas opções com boas rentabilidades. O Presidente Fernando Fernandes concordou e informou que o intuito da Junta Orçamentária não é se limitar a um único ativo, possibilitando ao longo do ano um gerenciamento desta carteira com a autonomia necessária para identificar e alternar as melhores opções de investimentos com alta liquidez e baixo risco, inicialmente ativos de renda fixa, pós fixados e fundos de investimentos. O Conselheiro Rodolfo Lujan disse que qualquer aplicação financeira hoje no Brasil é negativa o que reduz cada vez mais o patrimônio do Conselho em termos financeiros, diferente do passado quando as taxas de remuneração eram mais altas e a inflação mais baixa, portanto não se pode criar boas expectativas. O Conselheiro Alex Gama mencionou que a maioria dos investimentos do Corecon estão em caderneta de poupança que rende somente 70% da Selic, por isso é necessário buscar outras alternativas podendo até ser em um fundo atrelado à dívida pública, não se restringindo apenas a fundos imobiliários. O Conselheiro Rodolfo Lujan salientou que dependendo da data de abertura da Caderneta de Poupança, há uma rentabilidade garantida de 6% mais correção monetária e que era necessário se fazer esta verificação junto ao banco. O Conselheiro Luiz Pimenta perguntou ao Conselheiro Marcelo Santos se não havia a obrigatoriedade das aplicações serem feitas em Caderneta de Poupança e o Conselheiro Marcelo Santos informou que estas informações seriam melhor respondidas pelo Superintendente Bruno Pires e o contador Pedro Gomes. Continuando o Conselheiro Luiz Pimenta fez a mesma pergunta a Assessora Jurídica que salientou que não se pode perder de vista a finalidade do Corecon que não é buscar lucro e que as aplicações deveriam ser sempre de baixo risco e as mais tradicionais, mantendo o mesmo princípio da Caderneta de Poupança. O Conselheiro Edval Landulfo perguntou ao Presidente como é o mecanismo da atual Caderneta de Poupança e que é necessário observar qual a quantidade de recursos que estão aplicados com a remuneração de 6%. O Conselheiro Luiz Pimenta salientou que o Superintendente Bruno Pires deve ser acionado juntamente com a Assessora jurídica para não se fazer nada contrário a Lei. O Conselheiro Oswaldo Guerra salientou que todas as propostas que forme feitas

estarão rigorosamente dentro da Lei, pois foram discutidas em reuniões com a Assessora Jurídica do Conselho e que os recursos que estiverem aplicados em Caderneta de Poupança a 6%, não serão modificados e os demais serão sempre aplicados em fundos tradicionais conforme orientação de Dra. Sabrina Batista. O Presidente Fernando Fernandes colocou em votação a proposta de autonomia da Junta Orçamentária para a identificação de melhores investimentos para o Corecon e foi aprovada por todos, observada a questão da remuneração da Caderenta de Poupança de 6%. O Presidente continuou com a segunda proposta da Junta Orçamentária: envio de carnês através de empresa privada no lugar dos Correios. Disse que a situação atual é encaminhar os carnês pelos Correios o que trás o benefício da fé pública por se tratar de órgão público, porém, alguns Conselhos fazem estas entregas através de empresas privadas e passou a palavra para a Assessora Jurídica prestar maiores esclarecimentos. Dra. Sabrina mencionou que a ausência da fé pública não se configuraria como um grande problema para o Conselho, pois aqueles que não fossem localizados seriam citados através de uma publicação editalícia, para que fique consignado que foi oportunizado aos mesmos o direito de exercer sua defesa escrita, o que, na prática, já supre a questão dos Correios com a publicação do edital, que inclusive acarreta em duas despesas: publicação do edital e Correios. A proposta seria migrar para os serviços de uma empresa privada que cobra R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos) contra R\$ 15,90 (quinze reais e noventa centavos) dos Correios, o que já traria uma economia considerável. Outra proposta é que não se utilize empresas intermediárias para publicações em Diário Oficial, o que nos faria economizar duas vezes, uma com a publicação direta nos Diários Oficiais e outra com os Correios. Salientou que é preciso diferenciar o envio dos carnês e o envio de carta-cobrança. Existe a possibilidade de enviar o carnê por e-mail ou através de serviços de disparador de mensagens que não é caro. Quanto as cartas-cobrança, ocorre um primeiro filtro daqueles que já receberam o carnê e que estão pagando, porém, para os que não pagaram é preciso encaminhar carta física com recebimento de contra fé, que tem o efeito de cobrar e também de consignar prazo de defesa administrativa e, caso seja movida ação judicial contra o Conselho, servindo de meio de prova para o Corecon. O Presidente Fernando Fernandes informou que inicialmente a proposta da Junta Orçamentária é o envio dos carnês de anuidades migrando dos Correios para uma empresa privada tendo em vista a questão da inadimplência e fé pública, podendo ter maiores implicações para o Corecon e em relação à questão digital, a Junta entende que é preciso avançar internamente em termos tecnológicos para maior segurança e controle no processo de envio com posterior certificação de que foi enviado para o endereço correto, número de telefone etc. e hoje o Conselho não tem estrutura tecnológica para isso, pois apesar de parecer o melhor dos mundos é muito complexo de se fazer, envolvendo investimentos em tecnologia. Falando em termos de carnês, haveria de imediato uma economia de R\$ 4,00 (quatro reais) por envio, que

multiplicados por 2.487 (dois mil, quatrocentos e oitenta e sete) carnês enviados em 2021 já traria uma economia de aproximadamente R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A ideia é seguir de forma gradativa, cautelosa e conservadora para depois se pensar em outras alternativas. O Conselheiro Edval Landulfo salientou da necessidade de se ter um cadastro atualizado, sendo esta atualização trabalhosa tendo em vista a necessidade de encaminhar e-mail, carta ou contato telefônico e que o carnê poderia sim ser enviado através de meio eletrônico e a carta cobrança através de uma empresa que trouxesse economia para o Conselho, fazendo a cobrança depois de 31 de março quando vencem as anuidades. Dra. Sabrina informou que para efeito jurídico, o profissional é considerado inadimplente quando passa para o exercício seguinte sem pagar a anuidade do exercício anterior. Já quando não paga no mesmo exercício, diz-se que ele está em mora com o Conselho e não inadimplente. Colocado em votação a proposta de substituição dos Correios para envio dos carnês por empresa privada, foi aprovada por todos. Em relação à terceira proposta trazida pela Junta Orçamentária, o Presidente Fernando Fernandes informou que o Corecon funciona com alguns computadores próprios e sete notebooks locados a um custo mensal de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), totalizando R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) por ano, com a premissa de manutenção e substituição das máquinas quando houver alguma atualização, mas na prática percebeu-se que os computadores não são atualizados nem muito adequados para o uso. A proposta é que o valor gasto com as locações em um primeiro ano seja utilizado para aquisição de novos notebooks e no ano seguinte, com os notebooks mais atualizados, não haveria mais a necessidade desse dispêndio financeiro com novas locações ou aquisições. Percebeu-se que o gasto diante da qualidade das máquinas não se justifica, tendo em vista que novos e melhores computadores poderiam ser adquiridos para o Conselho. Continuou informando que no primeiro ano não haveria economia, mas sim no médio e longo prazos. O Conselheiro Rodolfo Lujan disse que é uma boa medida de economia cancelar o contrato de locação e salientou que na aquisição dos novos computadores fossem adquiridos com garantia estendida por mais um ou dois anos para que o Conselho tenha folga caso haja necessidade de manutenção dos equipamentos. A Conselheira Helga Dulce perguntou se com o cancelamento do contrato haveria a necessidade da aquisição de máquinas para este ano e o Presidente Fernando Fernandes disse que sim, pois foi observado por Dra. Sabrina que além das máquinas estarem desatualizadas também temos dificuldades com alguns *softwares* como sistema operacional e de tarefas o que geraria custos consideráveis de atualização, que seria equacionado com a própria aquisição das novas máquinas, lembrando que seria para o atendimento do necessário, porém esse processo de aquisição é lento tendo em vista as etapas desde o processo administrativo, orçamentos etc. Disse que também pode aderir a uma ata de preços que nos permita fazer um contrato que possibilite adquirir ao longo do tempo sem a obrigatoriedade de serem

todos em um mesmo momento. O Presidente disse que não temos no Conselho um profissional técnico em informática capaz de avaliar cada máquina, por isso vai fazer de forma gradativa e Ele, com o conhecimento que tem juntamente com outros que queiram participar fará esta avaliação que inclusive será importante para compor o processo administrativo. A Assessora Jurídica informou que o valor para dispensa de licitação foi aumentado para R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o que possibilita fugir da burocracia de fazer um pregão eletrônico, contratar pregoeiro etc. O Conselheiro Luiz Pimenta deu a sugestão de adquirir de dois em dois, o que não traria traumas para o administrativo. O Conselheiro Rodolfo Lujan disse que é preciso ter cautela para não caracterizar que a licitação foi fracionada, caracterizando fraude fiscal. Colocado em votação a substituição das máquinas locadas por máquinas adquiridas pelo Conselho, observando o teto de gasto anual com as atuais máquinas, a proposta foi aprovada por todos. O Presidente Fernando Fernandes informou que o próximo ponto refere-se a um pedido de autorização de avaliação e não uma deliberação, para uma mudança da sede administrativa do Conselho para o Parque Tecnológico. Disse que o Conselho funciona em seis salas e que por isso a taxa de condomínio é multiplicada por seis e que existe uma possibilidade que ainda está sendo avaliada, tendo em vista o atendimento de alguns critérios, de que o Conselho possa funcionar no Parque Tecnológico do governo do Estado, com um custo baixo ou sem custo algum. No mesmo estudo, há também a ideia de que um espaço seja oferecido para o economista trabalhar ou estudar no mesmo local, agregando valor para o mesmo. Se economizaria com a taxa condominial permitindo uma aferição de renda com o aluguel das salas mesmo sabendo que mercado não está favorável e que em um curto espaço de tempo pode-se não ter a economia e a renda que se pretende. O que se pede é uma autorização para prosseguir com o estudo e posteriormente avaliar dentro dos diversos aspectos se é favorável ou não dar seguimento. Continuou dizendo que é um tema complexo e que gostaria de ouvir as considerações da Junta Orçamentária. O Conselheiro Oswaldo Guerra salientou que é apenas um pedido de autorização para avaliar se o assunto é pertinente, para posteriormente ser deliberado pelo Plenário. Salientou que é sabido que o mercado não está favorável, pois é ofertante e não demandante e que corre-se o risco de desocupar a sede com intuito de economizar com condomínio gerando receita com aluguel e isso não se viabilizar. O Conselheiro Federal Paulo Dantas pediu a palavra para falar que não teve oportunidade ou não se pronunciou na reunião da Junta, mas que não vê com bons olhos a ideia de destinar a sede do Corecon para aluguel, ainda mais, como foi dito, em um momento tão desfavorável. Disse que é uma economia cujo retorno é duvidoso se for comparado a valores não numeráveis como a impressão que os economistas poderiam ter do Conselho com sede própria e ocupando instalações do Governo do Estado. Se tem uma sede, pra que ocupar um espaço do Governo do Estado? Disse que é melhor voltar para o espaço do Ed. Ômega, que é menor. Disse que por conta do aluguel não é



favorável à ideia, pois a sede é bonita, bem arrumada, que conhece muitos Regionais do Brasil e que excluindo Rio de Janeiro e São Paulo não há sede melhor do que a nossa. Concluiu dizendo que não tem a menor simpatia pela ideia e que deixaria registrado porque levantou-se a possibilidade de que os membros da Junta se pronunciassem. O Conselheiro Rodolfo Lujan disse que deixou para se manifestar sobre o assunto nessa reunião e que muitas das coisas foram ditas pelo Conselheiro Federal Paulo Dantas. Disse que o patrimônio do Corecon foi construído com muito esforço através de várias gerações, de várias épocas e participação de todos os economistas da Bahia, se constituindo em um patrimônio dos economistas e não de uma gestão. Disse que tem dificuldades em compreender qual a vantagem de sair da sede própria para ocupar um espaço no Parque Tecnológico, a não ser a de reduzir os custos de pagamento de uma taxa de condomínio, que presume ser entre três mil e quatro mil reais e questionou e valeria à pena essa mudança. Outro aspecto é que o Conselho é uma Autarquia, setor público e como Paulo falou, o Conselho da Bahia se destaca por ser um dos poucos Conselhos com sede própria. Continuou dizendo que concorda com Paulo Dantas, que o assunto precisa ser tratado com muito cuidado, que não conhece o Parque Tecnológico mas conhece a filosofia do Parque Tecnológico que é abrigar empresas que se destacam na produção de novas tecnologias, de novas ideias, de novos produtos, ajudando as empresas para que seus produtos tenham o amparo do Governo do Estado e depois de determinado período, quando forem empresas maduras e prontas, possam entrar no mercado propriamente dito. Concluiu dizendo que via a proposta com muitas restrições e que a ideia de Paulo Dantas de voltar para o edifício Ômega é melhor, avaliando os valores dos das duas taxas de condomínio e que não vê grande vantagem financeira em ir para um local onde nem se conhece quanto vai pagar pelas instalações que serão oferecidas além de perdermos a identidade de setor público e de Autarquia Federal. O Presidente Fernando Fernandes informou que o Corecon gasta aproximadamente R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por ano com as taxas de condomínio, representando cerca de 8% das receitas do Conselho e que pensando em uma perspectiva de rentabilidade na mesma proporção da taxa condominial e isentando o custo de locação do Parque Tecnológico, significa o equivalente ao incremento de vinte por cento das receitas de contribuições anuais. Salientou que de 2016 a 2019 o Conselho vem apresentando um déficit médio anual da ordem de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) e que somente com a mudança da sede se aproximaria de zerar esse custo. O Conselheiro Luiz Pimenta disse que se o Ex-presidente e Ex-conselheiro Osmar Sepúlveda estivesse vivo, falaria as mesmas coisas ditas pelo Conselheiro Federal Paulo Dantas. Continuou dizendo que louva a visão do Presidente Fernando Fernandes, mas que é preciso considerar as coisas que foram ditas pelo Conselheiro Paulo Dantas quando menciona que é um patrimônio dos economistas e que a representatividade do Conselho é outra dentro do seu espaço próprio, além de outros aspectos como o próprio acesso

de todos à entidade. Disse que é preciso reduzir custos de outras maneiras, mas que não invalida que o estudo seja feito, porém, é preciso ter muito cuidado pois acredita que nem o próprio economista aprovará a mudança da sede e, que também não vê a possibilidade de mudança com boa vontade, mas aceitará o que o Plenário decidir. A Conselheira Helga Dulce disse que se sentia honrada por estar ali representando também os economistas do interior que raramente vão a Salvador, mas que tem o Conselho como órgão representativo da categoria. Continuou dizendo que como bem disse o Conselheiro Luiz Pimenta, era importante considerar toda a história da construção do patrimônio do Corecon ao longo do tempo e o que estava se buscando ali era uma proposta de se avaliar uma possibilidade para uma tomada de decisões e que diante da situação apresentada em janeiro e desconhecida por ela, era louvável a busca de alternativas. O Conselheiro Marcelo Santos disse que gostaria de acrescentar a opinião em relação ao funcionalismo que seria deslocado para muito mais longe e que no momento em que se está pensando em cortar vantagens há de se pensar também nos funcionários. Disse que concorda com o que foi exposto pelos Conselheiros Luiz Pimenta e Paulo Dantas, além das dificuldades que se tem para lugar um imóvel, haja vista o que temos disponível e fechado, muito bem localizado e que é preciso pensar muito para tomar essa decisão. O Conselheiro Oswaldo Guerra informou que no tocante às preocupações expostas pelo Conselheiro Marcelo Santos, a Junta também ponderou que essa decisão tem que ser muito bem pensada, por isso pedem apenas uma permissão para um estudo preliminar. Disse que o Conselho é a casa do economista, mas ponderou que as despesas com condomínio da ordem de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) é um valor significativo, dado os déficits médios anuais por isso é preciso avaliar com bastante calma as perdas e ganhos em relação ao Parque Tecnológico como qualidade do espaço, metragem oferecida, custo, condições de transporte para os funcionários etc. Em relação às salas, se serão locadas logo ou não, portanto será necessário colocar tudo isso no papel para o Plenário avaliar se é viável ou não a mudança, levando em conta inclusive os aspectos mencionados pelos Conselheiros Luiz Pimenta e Paulo Dantas, mas sem perder de vista a situação grave em que se encontram as contas da entidade que foi tão bem administrada ao longo do tempo, mas que corre o risco de se tornar insolvente. O Vice-presidente Gustavo Pessoti informou da dificuldade que é participar de uma Junta Orçamentária que trabalha na perspectiva de que há quatro ou cinco anos a disponibilidade financeira era de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e meio) e agora é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e continuando assim não terão recursos para fechar as contas de 2022, pois como o Conselheiro Oswaldo Guerra falou a situação é muito feia. Quem vai na sede do Corecon vai se deparar com uma pilha de setenta pedidos de cancelamento na mesa da fiscal e nenhum pedido de inscrição, por isso pede muita parcimônia no juízo de todos diante da responsabilidade da Junta e de todos, pois em 2023 o Corecon não fechará as contas e pergunta:

será que o Cofecon bancará o Regional? Será que seria interessante um Conselho que fosse bancado pelo Cofecon? Não há como resolver a situação do Corecon sem se desapegar da estrutura antiga de um passado glorioso onde muita coisa foi feita e continuam sendo feitas, mas a sede será onde estivermos. Os cortes que entrarão na agenda de debates nessa reunião são piores do que a mudança de sede e na sua opinião, se aparecerem interessados na sede, que seja alugada e se volte para o Ed. Ômega, pois tudo o que puder fazer de receita deve fazer e tudo o que puder evitar de despesa tem que ser feito também. O Conselheiro Edval Landulfo disse que essa situação pode ser temporária, que não quer dizer que não voltará mais para a sede e que a avaliação é pertinente tendo em vista a situação delicada das contas do Conselho e que deve-se criar uma comissão para discutir ações que possam trazer novas receitas e quem sabe se essa saída não trará fôlego para uma recuperação e posteriormente retornar para o Advanced com um Conselho capitalizado e mais forte. Entende que é preciso permitir esse estudo para nas próximas discussões definir o melhor caminho a seguir. A Conselheira Ana Cristina disse que mesmo com todas as questões emocionais que envolvem o tema, o estudo deve ser feito, porém o cenário mais temerário é colocar os dois imóveis para locação e ainda estarmos no Parque Tecnológico pagando, mas como é somente um levantamento acha que é válido tendo em vista a situação do Conselho que é estruturalmente grave, sendo necessária uma mudança muito grande para reversão do cenário em um curto espaço de tempo e concorda que dependendo dos custos, a transferência para o Ed. Ômega seria uma alternativa. Posta em votação pelo Presidente Fernando Fernandes, a solicitação de autorização para estudos mais detalhados sobre a mudança para o Parque Tecnológico foi aprovada. O Presidente Fernando Fernandes informou que todas as medidas propostas são no intuito de se evitar mexer com o servidor e que o próximo ponto a ser discutido é o mais doloroso para todos, pois envolve a situação dos servidores, que é a retirada dos anuênios dos atuais servidores, reforçando que em 2021 não haverá reajustes para salariais como uma proposta adicional de racionalização de custos do Conselho. Continuou dizendo que é uma proposta muito dolorosa, que sabe da importância do anuênio para os funcionários, do quanto essa medida pode gerar de desmotivação dos servidores mas que o momento é de sobrevivência e a proposta prevê não a devolução, mas uma reversão desses anuênios para compensar as perdas dos funcionários, em momentos em que o Conselho estiver em melhores condições. A Conselheira Ana Cristina perguntou ao Presidente qual o valor que representa esses anuênios e o Presidente Fernando Fernandes respondeu que representa o valor de aproximadamente R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) ao ano e quando se faz uma média de 2016 a 2020 dá uma média de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais por ano). O Conselheiro Rodolfo Lujan perguntou se a proposta era suspender o pagamento ou retirar o anuênio e o Presidente Fernando Fernandes disse que a proposta é retirar o anuênio dos servidores. O Conselheiro Rodolfo Lujan



perguntou se esse anuênio poderia ser retirado, pois lhe parecia que era uma coisa incorporada tendo em vista o longo tempo de pagamento do benefício. A Assessora Jurídica Sabrina Batista informou que identificou que desde 2010 os anuênios sempre foram pagos através de acordo coletivo e os direitos garantidos através de acordos coletivos, não geram direito adquirido, são precários, porém, tem uma dúvida se anterior a 2010 há alguma portaria que instituiu o anuênio, pois não conseguiu identificar e para ter uma resposta com segurança precisaria do auxílio de Bruno para identificar se existe esse documento, pois se houver, se equipararia a uma norma interna e assim se incorporaria ao salário, mas diante do que conhece de 2010 até hoje foram feitos através de acordo coletivo, podendo ser suprimido a qualquer momento através da assinatura de um novo acordo coletivo. Salientou que os Conselhos estão com o Sindicato bastante questionador e que se esta for a medida adotada, provavelmente haverá um momento de discussão com o Sindicato. O Conselheiro Rodolfo Lujan disse que a medida é drástica e que ele não esperava uma medida dessas pelo Conselho, de retirar o anuênio que faz parte da remuneração do servidor e que entende que o primeiro item a resolver é verificar se foi instituído antes de 2010 por portaria que se configuraria como direito adquirido, o que inviabilizaria implementar a medida. A Assessora Jurídica Dra. Sabrina Batista disse que nos arquivos formais do Conselho não conseguiu localizar essa portaria, mas por se tratar de um período mais antigo, não saberia se Bruno teria esse documento ou a secretaria que tinha todos os documentos sobre a guarda de d. Lucimar, mas que estava partindo do pressuposto do que ela localizou, ou seja os acordos coletivos à partir de 2010. O Conselheiro Oswaldo disse que gostaria de tranquilizar os Conselheiros que todas as medidas propostas para avaliação e não para decisão e foram previamente consultadas com Dra. Sabrina. Segundo, que essa medida mexeu muito com a Junta que em hipótese alguma desejou mexer com salário, mesmo porque no caso de servidores como Tânia, Selma e José Wilson, Rosana um pouco menos, o anuênio é uma parte significativa da remuneração deles, o que será muito pesado para estes servidores e que é um assunto para reflexão de todos os Conselheiros. De forma objetiva, as despesas com pessoal e com serviços de terceiros somaram em 2019 R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais), sendo superior ao valor da arrecadação com as contribuições ordinárias. Continuou dizendo que se fosse uma empresa, provavelmente seria fechada pois o que arrecada não cobre os gastos. Disse que se não quiser mexer com os servidores ótimo, mas que seria preciso buscar novas alternativas para reverter o quadro atual. O Conselheiro Rodolfo Lujan disse que concorda com tudo o que o Conselheiro Oswaldo Guerra falou e evidentemente qualquer ajuste fiscal precisa ser feito com muita cautela pois há dois lados: reduzir despesas ou aumentar receitas e que é esse gasto com servidores e prestadores de serviços que superam a arrecadação que fez com que o Conselho fosse reduzindo seu patrimônio, onde cerca de oitocentos mil reais foram utilizados para cobrir o déficit do Conselho nos últimos quatro ou

cinco anos. Disse que as medidas são necessárias, que muitos cortes já foram feitos mas que é preciso ter certeza da legalidade. Não se trata simplesmente de atingir ou penalizar o funcionário, pois essa não é a intenção, ao contrário, a política do Corecon sempre foi valorizar os recursos humanos, mas não se pode persistir com um déficit que já tem mais de cinco anos. Parabenizou a gestão pela coragem de tomar medidas drásticas, mas que não podem ser arbitrárias para não trazerem maiores prejuízos ao Conselho. Outro aspecto é em relação ao quadro funcional do Conselho que há muito tempo precisa ser ajustado, através da implementação de melhorias tecnológicas para que o Conselho seja mais ágil, pois não é possível que uma certidão demore uma semana, que se pague e não se possa retirar pela internet. O Conselheiro Oswaldo Guerra solicitou que esse assunto seja levado para uma outra reunião, tendo em vista as ponderações feitas pelo Conselheiro Rodolfo Lujan e pela Assessoria Jurídica do Conselho, para que isso não venha impactar em desdobramentos judiciais futuros que possam trazer ainda mais despesas para o Conselho. Em segundo lugar, é preciso avaliar do ponto de vista da gestão, através de conversas com Ex-presidente como os Conselheiros Paulo Dantas, Gustavo Pessoti, Marcelo Santos e os outros sobre os impactos que a medida pode gerar na motivação do corpo de funcionários, pois como os servidores Tânia, Selma, Rosana e Wilson são concursados há o risco deles não se empenharem pelo Corecon e dado a impossibilidade de serem demitidos o Corecon poderá ficar de braços atados. Concluiu propondo ao Presidente Fernando Fernandes que este assunto seja melhor estudado pela Assessoria Jurídica com o apoio de Bruno, especialmente no tocante à gestão administrativa do impacto negativo que a retirada do anuênio poderá gerar no corpo funcional e conseqüentemente no desempenho do Conselho. A Dra. Sabrina Batista comentou que tudo o que foi proposto até aqui foi baseado nos elementos que conseguiu identificar no arquivo e histórico de documentos, considerando também o sigilo do tema para não gerar um desconforto entre os funcionários, o que foi um pedido do Presidente, mas que para avançar com o assunto será preciso envolver o operacional para retroceder aos períodos anteriores a 2010, com envolvimento da contabilidade, possivelmente do sindicato e esse assunto sairia do campo do sigilo a alcançaria todo o corpo de funcionários. Finalizou perguntando se caminhará com o assunto e levaria ao corpo de funcionários ou não. O Presidente Fernando Fernandes disse que caberia ao Plenário deliberar se prossegue ou não, sabendo que a própria busca já resultaria nessa desmotivação propriamente dita. O Conselheiro Luiz Gavazza disse achar mais prudente que o assunto seja adiado até que se veja que é possível conseguir de informação que permita seguir com a análise ou descartá-la. Entende que anunciar uma medida que por si só já causa descontentamento e ainda não se poder dar sequência, piora ainda mais e pela falta de documentos sugere suspender a investigação até que se consiga mais elementos através de uma conversa com Bruno no intuito de saber o que acessar para conhecer os direitos dos servidores. Concorde com tudo o que foi

dito em relação às medidas que terão que ser tomadas. Continuou dizendo que passou por um processo semelhante na Bahiagás, que gerou muito descontentamento, mas posteriormente conseguiu equacionar a questão através de um processo de indenização e outras coisas que atenuaram o clima, mas o ambiente foi muito abalado. Finalizou dizendo que mesmo com os cuidados que a Junta está tomando, sugeria que a medida fosse retirada até que se tente colher mais informações que tragam mais segurança a Dra. Sabrina e ao Plenário. O Vice-presidente Gustavo Pessoti perguntou se o acordo coletivo feito em 2010 retroagiria a por exemplo vinte e cinco anos atrás, pois existem funcionários que recebem vinte e cinco por cento de anuênio, haja vista que existem percentuais diversos entre os servidores. A Assessora Jurídica esclareceu que como conheceu os acordos à partir de 2010 e do ponto de vista legal estão corretos, presume que os anteriores também tenham sido feito da mesma forma, mesmo porque não encontrou nenhuma portaria que revogasse. Salientou que parece que em 2020 não foi assinado acordo coletivo e o entendimento legal mais favorável ao trabalhador é que ficam mantidas as condições anteriores pelo período de dois anos, ou seja, como data base é em maio, caso alguma medida seja tomada é necessário que ocorra antes deste período para que não haja o pagamento do anuênio sem o documento que discipline, pois aí sim ele passa a ser incorporado. O Conselheiro Luiz Pimenta pediu a palavra e disse que mesmo sem ser advogado, por analogia, se os acordos foram feitos de 2010 até hoje e teriam validade de dois anos, vencendo o último o assunto estaria resolvido. A Dra. Sabrina disse que se de 2010 até hoje foi feito através de acordo coletivo, presumia que os anteriores também, mas não pode garantir com certeza, sem ver um documento que comprove o seu pensamento, ou o contrário através de de uma Portaria, Resolução, etc. O raciocínio é que se o anuênio estiver sendo pago de maneira errada desde antes de 2010, o acordo coletivo não conserta o erro e já estaria incorporado antes de 2010. O Presidente Fernando Fernandes informou que diante dos questionamentos que foram feitos, gostaria de ouvir a Junta para deliberar sobre a retirada do tema ainda que temporariamente. O Conselheiro Oswaldo Guerra disse que entendeu que a sugestão do Conselheiro Luiz Gavazza seria retirar a matéria para tentar colher informações e dar seguimento sem desmotivar o corpo funcional, mas não achava possível pois como mencionou a Assessora Jurídica só se poderia avançar com o envolvimento dos servidores e através do contato com Bruno ficará claro que o Plenário está estudando a possibilidade de retirar os anuênios deles o que é considerável para eles, pois Bruno tem 14%, Rosana 10%, José Wilson 25%, Selma 27% e Tânia 27%, ou seja, não são valores irrelevantes para o servidor, então, será possível avançar sem envolver Bruno? Dra Sabrina disse que pode tentar com Sr. Pedro mas que acha impossível um precisão sem passar por Bruno e sem chegar em Tânia que lida com o RH por exemplo. O Conselheiro Luiz Pimenta disse que não possível, não é justo deixar Bruno fora desse contexto, pois ele é o Superintendente da entidade, é profissional e precisa

mostrar a necessidade de fazer. Entende que se fizerem diferente estarão cometendo um grande erro e não pactua com isso. Disse que Bruno precisa estar ciente, mesmo que por algum motivo venha até a ser demitido. A situação tem que ser clara com Bruno, não é justo com ele, pois tem muito tempo de trabalho no Conselho e as soluções passam por ele, mesmo porque, até onde sei é um funcionário de extrema competência e não tem que estar envolvido no processo com o sigilo que a situação requer e se assim não o fizer, poderá até ser demitido. O Conselheiro Oswaldo guerra informou que todos da junta tem muito apreço por Bruno, que já esteve em dois eventos com ele representando o Corecon, um em Imperatriz/MA e outro em Belo Horizonte/MG, que é pessoa extremamente agradável e parece uma pessoa extremamente séria e o interesse da Junta é fazer as coisas transparentes sem deixar Bruno à margem de nada e que pessoalmente gosta muito de Bruno. Disse que a Junta está imbuída em fazer o melhor para o Conselho, mas que em alguns casos é preciso deixar de lado questões emotivas e pessoais, mas o interesse não é de prejudicar os funcionários. Como Dra. Sabrina falou, será muito difícil fazer esse levantamento sem envolver Bruno e Tânia e conseqüentemente os demais funcionários que tomarão conhecimento de que o Plenário está pensando em retirar o anuênio deles e a preocupação é o impacto que essa medida terá sob o dia-a-dia desse corpo de funcionários e a motivação que eles terão para continuarem se entregando para o Conselho. O Vice-presidente Gustavo Pessoti informou que somente Rosana e Selma são concursadas e Dra. Sabrina informou que com exceção de Bruno, apenas Rosana é concursada, mas os demais tem o mesmo status de concursados. O cargo de Superintendente é de livre provimento e nomeação, chamado de cargo de confiança. O Conselheiro Federal Paulo Dantas informou que no sistema já foram demitidos funcionários com as características mencionadas e para isso foi utilizada a figura do processo administrativo justificado e no rol das motivações pode se utilizar a questão financeira da entidade, podendo ou não ser acatado pelo judiciário. Dra. Sabrina informou que analisando as contas do Conselho, mesmo diante da atual realidade, à luz do judiciário, não consegue identificar algo que esse motivo funcione como motivação. Normalmente as motivações se dão por uma ação do próprio funcionário, como por exemplo desempenho insuficiente avaliado de forma reiterada e casos óbvios da CLT como desídia, briga no ambiente de trabalho, embriaguês etc. Outra possibilidade seria a extinção do cargo, quando deverá ser oportunizado ao funcionário a realocação para outra atividade e, se nessa atividade ele não se adaptar, caracterizaria a impossibilidade de aproveitamento do funcionário. O Conselheiro Luiz Pimenta perguntou se não podia fazer um acordo com os funcionários para reduzir salário e Dra. Sabrina disse que redução de salários ainda que com a concordância dos servidores, se for arguido judicialmente corre-se risco também, pois o juiz pode entender que é direito inegociável. É possível um Plano de Demissão Voluntária – PDV com estímulo, onde pode-se fazer um acordo com os funcionários que quiserem sair. Outros Conselhos já

fizeram isso sem maiores problemas. O Presidente Fernando Fernandes informou que não consta como proposta da junta a demissão de funcionários. O Conselheiro Luiz Pimenta disse que o PDV é uma opção que pode ser estudada também. Perguntou se o Corecon teria condições de pagar por um PDV e Dra. Sabrina falou que como seria via acordo, poderia ser parcelado e talvez o que atraia seja a possibilidade de resgate do FGTS. O Conselheiro Luiz Pimenta salientou que uma proposta a se pensar e que talvez saia mais barato para o Corecon, pois como disse Dra. Sabrina, pode até ter alguém esperando por isso. Dra. Sabrina salientou da excelente proposta que o Ex-presidente Marcelo Santos conseguiu formatar quando do desligamento da servidora d. Lucimar, que foi muito vantajosa para o Conselho e sem nenhum desgaste. O Conselheiro Oswaldo Guerra disse que diante da polêmica do assunto e do adiantar da hora, propunha a retirada do assunto das propostas da Junta e que possa se pensar melhor no novo assunto trazido por Dra. Sabrina e que não havia sido pensado pela Junta, o PDV. Todos concordaram com o proposto pelo Conselheiro Oswaldo Guerra de retirar das propostas o assunto retirada de anuênios dos servidores. O Presidente Fernando Fernandes trouxe o próximo ponto da ordem do dia, que são os órgãos colegiados. Disse que vai haver uma espécie de Regimento Interno para cada comissão com o apoio de Dra. Sabrina que já está trabalhando nisso, onde no momento oportuno as próprias comissões construirão seus objetivos. Nesse sentido, reforça o convite para aqueles que quiserem participar, inclusive da própria Junta Orçamentária e demais comissões que são: Comissão da Mulher Economista, cuja Conselheira Isabel de Cássia aderiu; Comissão de Ações Acadêmicas e Livro Reflexões de Economistas Baianos com adesão dos Conselheiros Edval Landufo, Ana Cristina, Gustavo Pessoti, Jorge Antonio e Lívio Wanderlay; Comissão de Assuntos Institucionais e Aproximação com o Mercado, com adesão do próprio Presidente, Gustavo Pessoti e Reinaldo Sampaio; Comissão de Indicadores e Inteligência Estatística, com adesão de Alex Gama; Comissão de Inovação e Tecnologia da Informação, com adesão do próprio Presidente, de Isabel de Cássia e Lívia Santana; Comissão de Licitações, com Jorge Antonio e as servidoras Selma Carvalho e Tânia Mara; Comissão de Tomada de Contas, com Luiz Pimenta, Alex Gama e Luiz Gavazza; Junta Orçamentária Permanente, com o próprio Presidente, Alex Gama, Gustavo Pessoti, Marcus Verhine, Oswaldo Guerra e Paulo Dantas; Núcleo de Perícia Econômica e Financeira, com Rodolfo Lujan, Alex Gama, Alex Andrade, Marcos Carlos, Domênico Amadeu e Gerson Caetano. Além dessas comissões, propôs a criação de uma comissão adicional denominada de Comissão Especial Consultiva da Presidência. A ideia de criar esta comissão é para manter contato com Ex-presidentes e Ex Vice-presidentes da entidade, aproveitando suas experiências passadas, mesmo que não tenham mandato no Conselho, com acesso a todas as informações da entidade, auxiliando a presidência na troca de experiências mas sem a responsabilidade executiva de atuação. Algumas pessoas já estão na comissão como Gustavo



Pessoti, Reinaldo Sampaio, Marcelo Sampaio e Paulo Dantas. O Conselheiro Marcelo Santos sugeriu o nome do Ex-presidente Antonio Valença para compor a comissão e o Presidente Fernando Fernandes disse que irá convidá-lo e que muito agregará à comissão. O atual Conselheiro e Ex-presidente Luiz Pimenta também se dispôs a integrar a comissão. O Presidente Fernando Fernandes disse que no decorrer do mês Dra. Sabrina encaminhará o documento para as comissões se formarem, através de uma ratificação do Presidente e o ideal é que tenha um coordenador em cada uma para representar o órgão colegiado e que serão independentes entre si para propor e implementar ações. O Presidente Fernando Fernandes informou que o último item da ordem do dia é a discussão sobre o lançamento do livro Reflexões de Economistas Baianos 2020 e apresentação ao governo do Estado e pediu ao Vice-presidente Gustavo Pessoti para prestar os esclarecimentos. O Vice-presidente Gustavo Pessoti disse que ideia surgiu porque o Reflexões 2020 ficou muito bom fazendo reflexões sobre a pandemia e os impactos para a economia baiana nos seus diferentes aspectos, especialmente o antes e o depois da pandemia. Saliu que esse livro poderia servir como cartão de visita para essa nova reaproximação do Conselho com o governo do Estado como no passado quando levamos ao Governador e Vice-governador uma série de pensamentos e reflexões. Disse que deu muito orgulho organizar esse Livro com o Ex-presidente Marcelo Santos e que já está pronto para o site, porém, para viabilizar a proposta, seria necessário a impressão de uns 100 (cem) exemplares para fazer essa mediação, pois é muito importante que o Reflexões volte a ser um livro de importância estratégica junto as Universidades, Governo do Estado e outros. É um livro plural com boa representatividade da economia baiana, mas como envolve custos em um cenário de cortes, é necessário a apreciação do Plenário. A Conselheira Helga Dulce confirmou sua adesão à Comissão da Mulher Economista e disse que não entendeu o posicionamento do Vice-presidente Gustavo Pessoti se o livro seria impresso ou não, ainda mais em tempos de pandemia onde as instituições permanecem fechadas e defendeu que o livro seja digital. O Vice-presidente Gustavo Pessoti informou que o livro é pra ser 100% digital, mas como surgiu essa possibilidade de se reaproximar do Governo do Estado, e, entendendo que o livro possa servir para contatos estratégicos do Corecon, algumas unidades teriam que ser impressas, pois não saberia como seria chegar em uma visita com o Governador sem levar alguma coisa física. O Conselheiro Marcus Verhine perguntou sobre ideia de custo e o Vice-presidente Gustavo Pessoti informou que os custos totais de impressão de mil exemplares giravam em torno de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), porém os gastos com a revisão já foram feitos e segundo Bruno, em um levantamento rasteiro a editoração custaria algo em torno de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fora os custos de impressão. Continuou dizendo que todos sabem que no passado ele foi um crítico do livro Reflexões porque achava que era um faz de conta, uma ilusão de achar que tinha que publicar um livro que não tinha comunicação, mas que de uns tempos pra cá

melhorou mas ainda permanece muito burocrático continuando como se fosse uma obrigação. O livro não precisa ser abolido das ações do Corecon, porém, é necessário que de tempos em tempos seja feita uma avaliação sobre sua finalidade pois envolve recursos, tempo dos organizadores etc., mas reafirmou que a edição de 2020 ficou muito boa e acha que pode servir como uma boa comunicação. Salientou que o livro também poderia ser feito com parcerias como Fieb, Sebrae, Universidades, mas para isso teria que haver algum investimento. Disse ao Conselheiro Marcus Verhine que pensasse em uns R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de custos. O Conselheiro Oswaldo Guerra apoia a iniciativa do Vice-presidente Gustavo Pessoti mas diante do cenário atual do Corecon poderia ser feito com a Bahiagás ou Morena Veículos. O Conselheiro Raimundo Gavazza disse que a ideia é muito boa e que mesmo com cortes de patrocínio examinaria junto à Bahiagás se seria possível viabilizar a proposta. Acha que cem exemplares não cumprirão o objetivo que se quer, pois entende que deve ser entregue a todos os deputados, secretários de Estado, Universidades etc. e quanto menor a quantidade maior é o custo unitário. Disse que vai trabalhar para conseguir um apoio da ordem de uns R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e que depois conversaria com o Vice-presidente ou Bruno para formalizar o pedido. O Presidente Fernando Fernandes informou que de acordo com a pauta ainda teria uns comunicados para fazer, mas pelo adiantado da hora deixará para outro momento e franqueou a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Luiz Pimenta enfatizou a quantidade dos Conselheiros presentes. O Conselheiro Luiz Gavazza ressaltou o papel da Junta Orçamentária, especialmente quando propõe medidas duras com as que foram postas. O Conselheiro Rodolfo Lujan parabenizou a Sessão Plenária e o Presidente pela condução e pelas propostas trazidas para discussão. Sugeriu que as reuniões não se restringissem a uma por mês e que os Conselheiros, a depender do tema, participem de reuniões de outras comissões porque não existe um tema que seja exclusivo de uma única comissão e sim de todo o Conselho, pois os temas interagem. No tocante à Comissão de Perícia, apesar do seu nome constar como Coordenador, gostaria que fosse pensado numa alternância para coordenar o Núcleo em 2021 e sugeria o nome do Conselheiro Alex Gama, pois passou dois anos coordenando mas é a favor da alternância. Disse que alguma coisa já foi feita, mas o ano de 2020 não permitiu avançar mais e pior ainda foi com a renúncia do Presidente do Tribunal de Justiça Dr. José Olegário que foi indiciado e gostaria que o Presidente e Vice-presidente discutam sobre a indicação do nome de Alex Gama para coordenar o Núcleo e que integrará uma das comissões para contribuir como sempre fez. O Presidente Fernando Fernandes informou que está discutindo com Dra. Sabrina um modelo de votação on-line para dar celeridade a algumas ações do Conselho que não precisem de Plenária. O Conselheiro Rodolfo Lujan disse que o Conselho precisa se aprofundar nas discussões dos temas como foi feito hoje e que no passado as discussões foram sempre superficiais. O Presidente Fernando Fernandes informou que conversou com Livia para nesta semana

entrar em contato com os Conselheiros que ainda não conseguiram habilitar a ferramenta do portal interno da plataforma Microsoft do Corecon possibilitando aos Conselheiros uma prévia análise do que será trazido à Plenária com muito acesso à informação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Fernando Fernandes encerrou os trabalhos da Sessão Plenária e eu, Bruno Pires Sacramento lavrei a presente Ata que será assinada por todos os presentes. Salvador 08 de fevereiro de 2021.